refrigerífico e que a prestação do serviço não foi computada pelo GT. Todavia, não vislumbramos dados nos autos do processo que comprovem tais afirmações. Conforme informado pela Diretora, para as empresas inscritas em tais condições, o valor adicionado foi calculado com base no Anexo I da DIEF.

Portanto, considerando a presunção de veracidade dos atos administrativos, e que o Recorrente não se desincumbiu do ônus da prova de suas alegações (artigo 373, I CPC), decidimos pelo indeferimento do pedido.

Considerando, ainda, que o Grupo de Trabalho desenvolveu as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua o art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão definidos e publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal, e que foram atendidos os procedimentos contábeis, de acordo com o princípio da legalidade, da transparência fiscal e da equidade, conheço do Recurso para negar-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão de primeira instância.

Belém, 17 de agosto de 2018.

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA

Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo: 351086

PROCESSO Nº: 002018730015896-4

RECORRENTE: MUNICÍPIO DE XINGUARA

ASSUNTO: RECURSO EM SEGUNDA INSTÂNCIA PARA IMPUGNAR A PUBLICAÇÃO DO ÍNDICE PROVISÓRIO DE COTA PARTE 2019, PUBLICADO ATRAVÉS DO DECRETO 1210, DE 28 DE JUNHO DE 2018.

DO RELATÓRIO:

O Município de Xinguara apresentou Recurso (fls. 11 a 14) em face da decisão de primeira instância (fls. 19 e 20) que julgou improcedentes alguns pedidos do impugnante.

O Recorrente pugnou, em sua tese apresentada em 1ª instância, pelo:

- 1) recebimento da impugnação;
- 2) seja computado para o índice de participação no ICMS de Xinguara, as DIEF's retificadas ou enviadas fora do prazo;
- 3) sejam computadas no valor adicionado do Município, as Notas Fiscais de entrada referentes ao produto leite comercializado pelas empresas de laticínios, pois para a fabricação de laticínios é necessário o leite, que não consta nas notas fiscais avulsas informadas para o impugnante. Afirma que as operações do leite in natura são diferidas, e deveriam ser computadas, de acordo com o artigo 3º, §2º, inciso I da LC 63/90, pois o produtor rural de leite in natura é isento da emissão de nota fiscal avulsa. Segundo suas alegações, o Grupo de Trabalho da Cota Parte do ICMS deveria computar tais operações diferidas, pois a nota fiscal de entrada é do estabelecimento que compra o leite, por determinação legal do diferimento, previsto no artigo 714 do RICMS/PA;

4) Seja computado para o valor adicionado do Município, referente ao transporte, o valor de entrada lançado na DIEF das empresas de frigoríficos, alegando que o valor lançado não corresponderia ao transporte adquirido pelas empresas de frigoríficos.

Argumenta que o início do transporte ocorreu no Município de Xinguara, local da empresa contratante dos serviços, local em que ocorreu o FG do ICMS, devendo a operação ser computada para a Impugnante, conforme disposto no artigo 3º, § 2º, inciso I da LC 63/90;

5) o cômputo do abate de bovinos CNAE 1011201 ao valor adicionado do Município;

6) o cômputo do abate de bovinos CNAE 1011201 ao valor adicionado do Município, descontando do valor adicionado o código CFOP 1949, pois o mesmo já teria sido computado na entrada da DIEF, uma vez que a legislação estadual exige que toda nota fiscal avulsa de bovinos seja acompanhada da nota de entrada do frigorífico, seria, portanto, duplamente contabilizada;

7) o acesso às informações que compõe o valor adicionado do Município, conforme decisão judicial proferida pelo M.M Juízo da 3ª vara de execução fiscal de Belém, nos autos do processo nº 0434644-48.2016.8.14.0301.

A decisão de 1ª instância julgou procedentes os seguintes pedidos do impugnante:

- 1) recebimento do recurso;
  - 2) se verificada a existência de novas declarações de retificação ou enviadas fora do prazo, as mesmas serão baixadas, incorporadas ao banco de dados desta Secretaria, processadas e computadas no cálculo do valor adicionado;
- Os demais itens foram julgados improcedentes, sob os seguintes fundamentos:

3) quanto ao cômputo do valor adicionado das entradas do leite das empresas de laticínios, a julgadora afirma que foram computadas todas as Notas Fiscais eletrônicas emitidas como entradas para as indústrias de transformação.

4) referente ao transporte, a decisão de 1ª instância informou que para as empresas inscritas no estado do Pará, que prestaram serviços de transporte, o Valor adicionado foi calculado conforme o Anexo I da DIEF, e que àquelas que eventualmente deixaram de cumprir com sua obrigação, foram estimadas e enviadas para fiscalização.

5 e 6) quanto ao cômputo do abate de bovinos, a julgadora informa que todos os dados foram contabilizados para o Município recorrente, e o cálculo do índice de participação no produto da arrecadação do ICMS é realizado de acordo com o previsto no artigo 3º, §3º e 4º da LC 63/90, no Decreto estadual nº 4.478/2001 e acompanhamento do GT.

7) sobre o requerimento de acesso às informações a respeito do valor adicionado do Município, conforme decisão judicial, tal pedido foi indeferido sob o fundamento de que, respaldado em manifestação da Consultoria Jurídica desta Secretaria, a decisão citada pelo Recorrente não exarou qualquer determinação nesse sentido, inclusive declarou a extinção do processo, sem resolução do mérito, por incompetência do juízo. Além disso, o acesso às informações requeridas, segundo orientação da CONJUR e da Procuradoria Geral do Estado, deve observar o sigilo fiscal.

No presente recurso, o Município de Xinguara alega:

1) Que, quanto ao item 2 da impugnação, não possui os dados que comprovem o alegado porque o GT de cota parte não fornece informações e acesso às DIEF's, e que o Portal da Prefeitura fornece apenas dados sobre os contribuintes ativos e dados do índice cota parte. Afirma que a DAIF apenas computa as DIEF's das empresas com inscrição estadual ativa, o que, segundo suas alegações, seria ilegal;

2) Sobre o transporte, informa que possui empresas de frigorífico cujo código da atividade é 1011201, contratadas para transportar produto para outros estados, e que o fato gerador do ICMS em tal operação ocorre na origem. Requer que sejam computados os valores lançados e escriturados nas entradas das DIEF's nas empresas de frigorífico com códigos CFOP nº 2352 e nº 2932.

5 e 6) Afirma que o valor adicionado referente às empresas frigoríficas, abate de bovinos CNAE 1011201, não foi devidamente computado, devendo ser descontados das entradas das DIEF's o Código CFOP Nº 1949, pois estaria lançado em duplicidade.

7) Afirma que a Julgadora se equivocou quanto à decisão mencionada na impugnação, cujo processo foi extinto sem resolução de mérito, e portanto, a decisão judicial deveria ser cumprida, sob pena de denúncia criminal por desobediência. É o relatório.

DECIDO:

O Recorrente traz no presente recurso alegações sem respaldo probatório e repetidas em relação ao Recurso de 1ª instância, as quais foram acertadamente afastadas pela Julgadora.

Quanto à impugnação referente ao item 2, conforme se depreende da decisão de 1ª instância, a mesma determinou que caso verificadas declarações intempestivas ou retificadoras, na base de dados da Receita Federal ou desta Secretaria, estas seriam baixadas, incorporadas, processadas e computadas no valor adicionado. Portanto, entendemos descabida a alegação do Recorrente, de que o GT de cota parte não fornece informações e acesso às DIEF's.

Em relação ao valor adicionado para as empresas de transporte, o Recorrente alega que o Município possui grandes empresas de frigorífico e que a prestação do serviço não foi computada pelo GT. Todavia, não vislumbramos dados nos autos do processo que comprovem tais afirmações. Conforme informado pela Diretora, para as empresas inscritas em tais condições, o valor adicionado foi calculado com base no Anexo I da DIEF.

Portanto, considerando a presunção de veracidade dos atos administrativos, e que o Recorrente não se desincumbiu do ônus da prova de suas alegações (artigo 373, I CPC), decidimos pelo indeferimento do pedido.

Quanto ao pedido de disponibilização das informações que compõe o valor adicionado do Município e acusação de desobediência judicial, compulsando os autos, verifica-se a decisão proferida nos autos do processo nº 043464448.2016.8.14.0301 (fls. 29 e 30). A referida decisão julga o processo extinto sem resolução do mérito, por incompetência do juízo para processar o feito. Portanto, sequer houve análise de mérito, muito menos qualquer determinação judicial em face desta Secretaria.

A extinção do processo sem resolução do mérito significa que a sentença não fará coisa julgada material, de modo que poderá ser reproposta, salvo na hipótese de ter sido extinta por reconhecimento de perempção, litispendência ou coisa julgada (artigo 485, inciso V CPC). Portanto, não há que se falar em descumprimento judicial por parte desta Secretaria, razão pela qual corroboramos a decisão de 1ª instância, pelo indeferimento do pedido, em atendimento ao sigilo fiscal, consoante o disposto no artigo 198 do CTN.

Por fim, considerando que o Grupo de Trabalho desenvolveu as tarefas inerentes ao cálculo dos índices definitivos, conforme preceitua o art. 3º, §§ 3º e 4º da Lei Complementar nº 63/1990, com base no qual esses índices serão definidos e publicados no prazo previsto no § 8º do mesmo dispositivo legal, e que foram atendidos os procedimentos contábeis, de acordo com o princípio da legalidade, da transparência fiscal e da equidade, conheço do Recurso para negar-lhe provimento, mantendo na íntegra a decisão de primeira instância.

Belém, 17 de agosto de 2018.

NILO EMANOEL RENDEIRO DE NORONHA

Secretário de Estado da Fazenda

Protocolo: 351066

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FAZENDÁRIOS ANÚNCIO DE PAUTA PARA JULGAMENTO

A Secretaria Geral torna público a (s) data (s) de julgamento do (s) recurso (s) abaixo, a ocorrer na sala de sessões do Tribunal, sito em Belém, na Av. Gentil Bittencourt, 2566, 3º andar, entre Trav. Castelo Branco e Av. José Bonifácio:

SEGUNDA CÂMARA PERMANENTE DE JULGAMENTO

Em 28/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10050, AINF nº 092009510000061-2, contribuinte INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES BELEM LTDA, Insc. Estadual nº. 15197316-4

Em 28/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10048, AINF nº 092009510000060-4, contribuinte INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCHOES BELEM LTDA, Insc. Estadual nº. 15197316-4

Em 28/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12738, AINF nº 172015510000166-2, contribuinte CNOVA COMERCIO ELETRONICO S/A, CNPJ nº. 07.170.938/0014-13, advogado: LARISSA DOS SANTOS FERREIRA, OAB/PA-18396

Em 28/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12736, AINF nº 172015510000165-4, contribuinte CNOVA COMERCIO ELETRONICO S/A, CNPJ nº. 07.170.938/0014-13, advogado: THIAGO BATISTA GERHARDT, OAB/PA-17028

Em 28/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12734, AINF nº 172015510000179-4, contribuinte CNOVA COMERCIO ELETRONICO S/A, CNPJ nº. 07.170.938/0015-02, advogado: THIAGO BATISTA GERHARDT, OAB/PA-17028

Em 28/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12740, AINF nº 172015510000180-8, contribuinte CNOVA COMERCIO ELETRONICO S/A, CNPJ nº. 07.170.938/0015-02, advogado: THIAGO BATISTA GERHARDT, OAB/PA-17028

Em 30/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13610, AINF nº 092016510005373-7, contribuinte BUNGE ALIMENTOS S/A, Insc. Estadual nº. 15229851-7, advogado: JAYME PIRES DE MEDEIROS NETTO, OAB/PA-13355

Em 30/08/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12360, AINF nº 092015510004049-2, contribuinte BUNGE ALIMENTOS S/A, Insc. Estadual nº. 15229851-7

Em 30/08/2018, às 09:00h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 13086, AINF nº 092014510003455-0, contribuinte TRACBEL SA, Insc. Estadual nº. 15250942-9

Em 30/08/2018, às 09:00h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 13108, AINF nº 092015510000012-1, contribuinte TRACBEL SA, Insc. Estadual nº. 15250942-9

Em 04/09/2018, às 09:00h, RECURSO DE OFÍCIO n.º 10870, AINF nº 042005510000148-4, contribuinte DISTRIBUIDORA CERPA DO TAPAJOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15173215-9, advogado: DANILO ALEX DE OLIVEIRA PELEJA, OAB/PA-8894

Em 04/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 10872, AINF nº 042005510000148-4, contribuinte DISTRIBUIDORA CERPA DO TAPAJOS LTDA, Insc. Estadual nº. 15173215-9, advogado: DANILO ALEX DE OLIVEIRA PELEJA, OAB/PA-8894

Em 04/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13260, AINF nº 102014510000720-0, contribuinte CLAUDIO DOS SANTOS ALVES - EPP, Insc. Estadual nº. 15241041-4

Em 04/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13258, AINF nº 102014510000721-8, contribuinte CLAUDIO DOS SANTOS ALVES - EPP, Insc. Estadual nº. 15241041-4

Em 06/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13082, AINF nº 012015510001040-3, contribuinte LILIAN LUCIA PEDROSO BASTOS, CPF nº. 33052646249, advogado: EUSTORGIO LUIZ ALVES GUIMARÃES, OAB/PA-18283

Em 06/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13084, AINF nº 012015510001039-0, contribuinte LILIAN LUCIA PEDROSO BASTOS, CPF nº. 33052646249, advogado: EUSTORGIO LUIZ ALVES GUIMARÃES, OAB/PA-18283

Em 06/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13078, AINF nº 042015510000427-7, contribuinte VIVIAN PEREIRA MAIA, CPF nº. 88600289220

Em 06/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 13096, AINF nº 042015510000426-9, contribuinte VIVIAN PEREIRA MAIA, CPF nº. 88600289220

Em 06/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12940, AINF nº 102010510000078-8, contribuinte ARAUJO & CARNEIRO LTDA EPP, Insc. Estadual nº. 15145869-3

Em 06/09/2018, às 09:00h, RECURSO VOLUNTÁRIO n.º 12942, AINF nº 102010510000082-6, contribuinte ARAUJO & CARNEIRO LTDA EPP, Insc. Estadual nº. 15145869-3

Protocolo: 350953

PORTARIAS DE ISENÇÃO DE ICMS – CAT

Portaria n.º201801000869 de 17/08/2018 - Proc n.º 002018730016320/SEFA

Motivo: Conceder a isenção do ICMS para Taxista.

Base Legal: Convênio ICMS n.º 38, de 06 de julho de 2001 e do artigo 71 do Anexo II do RICMS-PA (aprovado pelo Decreto n.º 4676/01)

Interessado: Telma Nunes Koury Gaioso – CPF: 227.528.622-53
Marca: TOYOTA/YARIS SD XL 15 MT FLEX Tipo: Pas/Automóvel